

## A POBREZA E A ESCRAVIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL NA OBRA MACHOMBONGO, DE EUCLIDES NETO

Juliana Cristina Ferreira<sup>i</sup>

### Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a pobreza e o trabalho escravo que as personagens da obra *Machombongo* (1986), de Euclides Neto, realizavam na lavoura de cacau da fazenda fictícia Ronco D'Água. Essas personagens eram trabalhadoras rurais e viviam numa situação limite de pobreza, de maneira precária, nos casebres feitos de palha taipa que eram oferecidos pelo patrão, para que morassem enquanto estivessem trabalhando na fazenda. Realizavam também trabalhos explorados nas plantações de cacau para conseguir comprar alimento e saciar a fome. Os trabalhadores viviam escondidos no meio da fazenda, pois não tinham acesso a todos os lugares, não podiam caminhar por toda a fazenda e eram oprimidos pelo fazendeiro, o deputado Rogaciano, que tinha o poder de mandar e desmandar na região devido a sua grande produtividade de cacau. Rogaciano, com todo o seu poder econômico e com o reconhecimento por todas as terras baianas que possuía, fez acordos com os políticos e governantes da Bahia, no período da Ditadura Civil Militar, e teve seus poderes intensificados a tal ponto que se dava o direito de decidir a vida dos moradores da região. Comenta César (2003) que a obra *Machombongo* é a representação mais verossímil do período ditatorial no sul da Bahia, pois representa a opressão dos trabalhadores e o enriquecimento do fazendeiro durante a Ditadura Civil Militar. A opressão dos trabalhadores era exacerbada, pois o deputado praticava violência contra o trabalhador que não obedecesse as suas ordens. Os trabalhadores realizavam trabalhos explorados, pois tinham medo de o deputado e seus jagunços praticarem alguma violência contra eles. O trabalho realizado na fazenda era bastante exaustivo, visto que os trabalhadores realizavam o que os animais de grande porte não conseguiam como, por exemplo, transportar toras de madeiras em locais onde havia barrancos. Apesar de ser um trabalho de escravidão, os trabalhadores não tinham direitos trabalhistas e nem possuíam documentações; trabalhavam no anonimato. Nesse sentido, a problemática que move esta pesquisa busca compreender a pobreza representada de maneira absoluta, que é aquela que mostra o ser humano vivendo em condições financeiras precárias, com escassez; vivendo com o mínimo para garantir a sobrevivência, conforme explica Rocha (2006). Para abordarmos esse problema sobre a pobreza e sobre a exploração do trabalhador dentro da narrativa euclidiana, utilizamos autores como Lapa (2008), para esclarecer sobre a pobreza vivida pelos agregados, e sobre a opressão que os trabalhadores agregados sofriam na fazenda. A metodologia foi constituída pela pesquisa bibliográfica com a leitura e a análise da obra *Machombongo*. A análise de *corpus* abarca a leitura do romance em questão, visando compreender a maneira como a narrativa euclidiana consegue representar as personagens que trabalhavam na lavoura cacauzeira, viviam na pobreza e sofriam com a desigualdade social. Esses trabalhadores eram oprimidos no dia a dia, pois eram silenciados pelo poder econômico, pela opressão e pela violência do deputado Rogaciano. Além de viverem na opressão, eram explorados no trabalho, sem oportunidade de buscar novo emprego, pois não possuíam condições financeiras suficientes para se deslocar para outros lugares e, por isso, viviam na extrema pobreza e eram humilhados constantemente, correndo o risco de perder suas próprias vidas, caso tentassem agir de forma diferente, em desacordo com as ordens do fazendeiro.

**Palavras-chave:** Pobreza. Trabalho escravo. Machombongo.

---

<sup>i</sup> Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Email: jujucris214@gmail.com

## POVERTY AND SLAVERY OF RURAL WORKERS IN THE *MACHOMBONGO* WORK OF EUCLIDES NETO

### Abstract

This study had as objective to analyze the poverty and the slave labor that the characters of the work *Machombongo* (1986), of Euclides Neto, realized in the cocoa plantation of the fictional Ronco D'Água farm. These characters were rural workers and lived in a poverty-stricken situation, precariously, in the huts made of straw that were offered by the boss, so that they lived while they were working on the farm. They also worked on cacao plantations to buy food and satisfy hunger. The workers lived hidden in the middle of the farm, because they did not have access to all the places, they could not walk all over the farm and they were oppressed by the farmer, the Deputy Rogaciano, that had the power to send and to demand in the region due to its great productivity of cocoa. Rogaciano, with all his economic power and with the recognition of all the Bahian lands that he owned, made agreements with the politicians and governors of Bahia, during the period of the Civil Military Dictatorship, and his powers were intensified to such an extent that the right was given to decide the lives of the region's residents. Cesar (2003) comments that *Machombongo* is the most credible representation of the dictatorial period in the south of Bahia, since it represents the oppression of the workers and the enrichment of the farmer during the Civil Military Dictatorship. The oppression of the workers was exacerbated, because the deputy practiced violence against the worker who did not obey his orders. The workers carried out exploited works, because they were afraid of the deputy and his jaguncos to practice some violence against them. The work carried out on the farm was quite exhausting, since the workers did what the large animals could not do, such as transporting logs in places where there were ravines. Although it was a work of enslavement, the workers did not have labor rights nor did they have documentation; worked anonymously. In this sense, the problematic that moves this research seeks to understand the poverty represented in an absolute way, which is that which shows the human being living in precarious financial conditions, with scarcity; living with the minimum to ensure survival, as Rocha (2006) explains. To address this problem of poverty and exploitation of workers within the Euclidean narrative, we use authors such as Lapa (2008) to clarify the poverty lived by the aggregates and about the oppression that the aggregate workers they suffered on the farm. The methodology was constituted by the bibliographical research with the reading and the analysis of the work *Machombongo*. The corpus analysis encompasses the reading of the novel in question, aiming to understand how the Euclidean narrative can represent the characters who worked in the cacao crop, lived in poverty and suffered from social inequality. These workers were oppressed day by day, because they were silenced by the economic power, by the oppression and the violence of the deputy Rogaciano. In addition to living in oppression, they were exploited at work, with no opportunity to seek new employment, because they did not have enough financial means to move to other places and, therefore, lived in extreme poverty and were constantly humiliated, at the risk of losing their jobs. if they tried to act differently, at odds with the farmer's orders.

**Keywords:** Poverty. Slavery. *Machombongo*.

### 1 – Considerações Iniciais

O termo pobreza é utilizado historicamente para referir as pessoas que possuem escassez de recursos básicos como moradia, emprego, saúde e educação. Por não terem recursos o suficiente para seguirem os padrões de vida impostos pela sociedade dominante, os pobres vivem a margem da sociedade, quando conseguem alguma oportunidade de trabalho, são explorados, caso contrário,

quando não encontram oportunidade de trabalho, buscam sobrevivência com a mendicância.

Na Antiguidade, as pessoas consideradas pobres eram aquelas que não possuíam condições econômicas e materiais o suficiente para uma vida digna. A explicação da classe favorecida para a existência dos “pobres” era a determinação divina, pois havia pessoas predestinadas a serem ricas e outras a serem pobres e cabia a cada um aceitar a sua posição dentro da hierarquia social. No período da Idade Média, na Europa, os pobres eram aqueles que viviam em más condições econômicas, sofriam com as epidemias, com miséria e com o desabrigo e ficavam a cargo da “caridade cristã”. Em 1601 na Inglaterra, com a Lei dos Pobres, todos aqueles que fossem considerados pobres, idosos, enfermos crônicos, cegos e doentes mentais eram abrigados nos asilos ou hospícios, como forma de “higienização” da sociedade. No período das grandes navegações, os pobres eram utilizados para o trabalho escravo. Em 1834, houve a categorização dos pobres, ocorrendo então, a distinção entre pobres e indigentes, conforme esclarece Lacerda (2009). Todavia, essa categorização existe para mostrar que dentro da classe pobre há pessoas paupérrimas que vivem na miséria.

Ao discorrermos historicamente sobre a pobreza, percebemos que ela sempre existiu, por causa das divisões de classes, o que resultou nas desigualdades sociais. Para Codes (2008) a pobreza e as desigualdades sociais se intensificaram a partir do nascimento do capitalismo, no período da Revolução Industrial, pois o capital ficou concentrado nas mãos da classe dominante, enquanto a maioria da população se encontrava na escassez. Nesse período em que a sociedade se modernizava com as indústrias e fábricas, a classe dominante mostrava interesse em definir as necessidades dos pobres, por necessitarem dos serviços de assistência social do Estado, o que era compreendido pela população como um gasto público do governo, que doava verbas para as instituições de caridade, com o intuito de evitar mortes por doenças, fome e outras causas, pelas quais os pobres encontravam-se sujeitos a sofrerem.

Com o processo de Revolução Industrial, a classe mais favorecida interessou em pesquisar a pobreza de maneira quantitativa, para obter controle dos gastos do governo, cuja intenção era de ajudar os mais necessitados a superarem os traumas da guerra e a melhorarem suas condições de vida. Comenta Rocha (2006) a pobreza nos países desenvolvidos é de caráter relativo, pois os pobres possuem necessidades básicas de sobrevivência e o governo consegue suprir o que lhes faltam. Em países como a Inglaterra, por exemplo, há aproximadamente 11,2% da população considerada pobre.

Já em países subdesenvolvidos, a pobreza, por apresentar um número elevado na população, comenta Rocha (2006), em países como o Brasil, por exemplo, cerca de 74% da população é considerada pobre, o que revela a pobreza absoluta. Além do número de pobres ser

elevado, estes não conseguem o mínimo dos recursos básico para a sobrevivência, o que resulta na aceitação de trabalhos explorados, por parte dos pobres, para buscarem subsistir a fome. Segundo Pedrão (2003) a pobreza pode ser conceituada como a negação de oportunidades de trabalho, de estudos, de alimentação e moradia. Por sofrerem essa negação de oportunidades, os pobres aceitam trabalhos explorados em busca da sobrevivência, ou vivem na miséria em busca da caridade alheia ou praticando atos ilícitos.

Por viverem a negação de oportunidades de trabalho digno, de estudos e de alimentação, os pobres, na busca pela sobrevivência, aceitam trabalhos explorados. O trabalho explorado é compreendido também, como semiescravo, por se tratar de homens livres, mas que aderem ao trabalho de exploração. Segundo Jardim (2007) o trabalho escravo contemporâneo (ou semiescravo) é aquele trabalho forçado, cujas condições são degradantes ao trabalhador, pois, visa à mão de obra barata e o trabalho exige muito esforço físico. Marx (1990) postula que a exploração ocorre quando o empregador paga um salário injusto ao empregado, ou seja, no processo de compra e venda, o empregador rouba a força de trabalho do empregado, pagando-lhe menos que o merecido pelo trabalho exercido.

O trabalho explorado ou semiescravo é mais presente no meio rural em países agrários como o Brasil, pois existe o “acordo verbal” ou “contrato verbal”, que é mais comum nas fazendas, quando o empregador contrata empregados ou agregados. Segundo Libby (1998) o acordo é feito verbalmente entre patrão e os trabalhadores. Essa forma de contrato que ocorre verbalmente possibilita a exploração, pois não existe documentação que comprove se o acordo está sendo realizado ou não e o trabalhador não possui nenhuma garantia de trabalho.

Nesse sentido, buscaremos analisar a pobreza e a exploração do trabalho na obra *Machombongo*, cujo espaço acontece no meio rural, onde o patrão faz “acordos verbais” com o empregado, dando-lhes oportunidade de emprego, porém, esses “acordos verbais” não são cumpridos, pois o fazendeiro explora os agregados e os mantém num povoado no meio da fazenda, longe do contato com o meio social.

## 2 – Desenvolvimento

Sobre os “contratos verbais”, compreedemos o diálogo abaixo entre Rogaciano e um imigrante do Norte da Bahia, que buscava emprego na fazenda Ronco D’Água, propriedade do deputado:

- Qual o seu nome?
- Zacarias.
- Sabe trabalhar em quê?
- No pesado, o que vosmicê mandar.
- É vaqueiro?

- Inhô, não, mas na precisão de um, arreio uma vaca.
  - Essa é sua mulher?
  - É minha dona.
  - Ela trabalha?
- As perguntas vinham secas, diretas, afiadas como agulha costurando sacos.
- Faz todos os trabaio. Só não sabe mexê em cozinha, mesmo assim arremedeia.
  - Aqui nessa fazenda não temos serviço, mas na Ronco D'Água, perto de Rio Novo...
  - Onde fica?
  - Vocês passaram por ela... depois da cidade, passa a ponte, viaja um pouco na rodagem...
  - Perto da fazenda do Deputado Rogaciano?
- O próprio se entusiasmou em ouvir o nome no conhecimento da popularidade. Aquilo lhe aumentava o prestígio e a vaidade.
- Vocês conhecem o deputado Rogaciano?
  - De nome muito... Quem não conhece?
  - Mas conhece daqui ou de lá do sertão?
  - A bem verdade, logo que chegemo no comércio, nos dissero que o deputado emprega todo mundo que aparece. Já até passemos na fazenda Ronco D'Água, uma grandona, sede bonita, curralama de um lado, o alinhamento das barcaças do outro.
  - Isto aí. Mas lá de Juazeiro?
  - De lá, nós ouvimos falar o nome dele... homem de muita fama e respeito.
  - Pois é com o deputado que você está falando.
  - Vigia Deoclécia... que mundo pequeno, meu Deus. O mundo tá encoendo. Quem haveria de dizer. Nós saímo de lá do norte pensano em morar com vossa senhoria.
- Assim, o catingueiro ganhou o deputado, que lhe ordenou:
- Volte... ou melhor, espere aí, que vocês vão comigo, na caminhonete, logo mais. Lá, tenho serviço para vocês.
- (EUCLIDES NETO, 1986, p. 49-50).

O diálogo exposto mostra que havia imigrantes catingueiros procurando emprego no sul da Bahia, onde a lavoura cacaueteira era o motivo do desenvolvimento e do crescimento do Estado. A fazenda Ronco D'Água, lugar que gerava emprego (servidão), era conhecida em toda a região, até mesmo no Juazeiro, cidade localizada no norte baiano, e o deputado Rogaciano, por ser um político de muita fama, tornara-se muito conhecido em todo o Estado. Quando chegava algum imigrante em busca de emprego, o deputado fazia-lhe várias perguntas, para saber em que o entrevistado sabia trabalhar e se estava disposto a fazer o serviço, pois, dependendo do que ele soubesse fazer, poderia, então, trabalhar na fazenda, principalmente se soubesse trabalhar “no pesado”. Nesse sentido, quando o entrevistado disse que fazia qualquer tipo de trabalho, o resultado foi que “o catingueiro ganhou o deputado”, pois este visava o trabalho explorado em sua fazenda para obter resultados bastante lucrativos e continuar sendo um “homem de muita fama e muito respeito”. Portanto, era preciso empregar trabalhadores que soubessem fazer todo tipo de serviço, e que se submetessem a trabalhar no que o deputado “mandasse”.

Assim, ao escrever *Machombongo*, Euclides Neto conseguiu mostrar a desigualdade social da região cacaueteira, bem como o poder do fazendeiro político e cacauicultor sobre a população sul baiana. Todo esse poder do fazendeiro havia sido conquistado por meio de acordos com políticos da Bahia no período da Ditadura Civil Militar e pela desapropriação dos pequenos lavradores de terras vizinhas. Dessa forma, percebemos que:

Raras vezes o ficcionismo brasileiro apresentou retrato mais perfeito, mais acabado, de um coronel que já existia, com seus desmandos e prepotência, antes do golpe militar de 1964, mas que frutificou durante os anos da longa ditadura, a ponto de se transformar em senhor feudal, com amplos poderes sobre a vida dos habitantes de sua região. (PÓLVORA, 1986<sup>i</sup>).

A obra *Machombongo* representa a ascensão do fazendeiro e deputado Rogaciano, um político autoritário que vê seus prestígios políticos crescerem com o Golpe Militar de 1964. “Acobertado por um advogado corrupto, Dr. Ezequiel, e por políticos interessados nos milhares de votos que Rogaciano controlava no sul da Bahia” (CESAR, 2003, p. 61), coagindo e amedrontando a população com os seus jagunços e com a violência, o deputado tornou-se um senhor feudal, com poderes para praticar seus desmandos sem intervenção da justiça.

Rogaciano era visto como uma espécie de senhor que mandava em toda a região e o povo “sentia até certo medo do homem, poderoso, decidindo a sorte de todos, amedrontando” (EUCLIDES NETO, p. 12). O deputado possuía amplos poderes para mandar na população sul baiana. Adonias Filho (1978) afirma que o coronel tinha a função de manter a ordem social, por isso, tinha poderes para fundar uma cidade próxima a sua produção agrícola, com farmácia para comprar remédios, escola para os filhos estudarem e igreja para a esposa frequentar.

Apesar de o deputado ser um homem cheio de poderes que amedrontava a população, os trabalhadores de sua fazenda tinham a consciência da exploração, da violência e da injustiça que sofriam. Quando estavam no meio da roça, sem a presença dos jagunços do fazendeiro, eles comentavam uns com os outros a respeito da injustiça que viviam no dia a dia na lavoura de cacau. Com consciência, mas sem alternativas para lutarem contra Rogaciano, pois tinham medo de sofrerem as violências que ocorriam na fazenda, quando um agregado não cumprisse com as ordens do patrão. Assim, comenta a voz narrativa:

Na roça, o trabalhador conversava para mais de dez, todos parados. Os podões em posição de sentido também ouviam a prosa. Falava-se do quilo da carne que custava mais que um dia de serviço. Que daqui a pouco a carne seria tempero na panela de pobre. Até a excomungada farinha andava pela hora da morte. Ninguém podia viver daquele jeito. Que ninguém na fazenda tinha coragem de pedir aumento. Todos uns xeretas, bois de arrasto, puxados pelas ventas.

Onde já se viu trabalhador não ter direito a férias, gratificação de Natal e salário mínimo? Ali todo bichinho andava com o rabo entre as traseiras, mulas de cargas, sem vontade nem vergonha. Raras fazendas pagavam os direitos do trabalhador. E todos precisavam exigir fosse de quem fosse. Até os padres, a irmã Consuelo nem se fala, ensinavam isso. Direito sagrado do homem. Ninguém podia tirar.

Os ouvintes viravam a cabeça, concordavam, mas se lembravam do deputado como homem que mandou matar o cigano, deu fim a dois eleitores que foram contra na eleição, consumaram os dias do vizinho, o fazendeiro Albertino, assassinado no coração de Rio Novo, para quem desejasse ver. (EUCLIDES NETO, 1986, p. 31).

Os trabalhadores eram tão oprimidos que, mesmo com a consciência de que precisavam

---

<sup>i</sup> Esta citação não possui número de página, por ser extraída da apresentação da capa do livro, que é descrita por Hélio Pólvora.

lutar por seus direitos, pois, o “[d]ireito é sagrado do homem. Ninguém podia tirar”, não conseguiam confrontar Rogaciano que, além de ter grande poder com o cultivo do cacau, os violentava. Como mostra a voz narrativa, já havia mandado “matar o cigano, deu fim a dois eleitores que foram contra na eleição” e ainda, a seu mando, seus jagunços “consumaram os dias do vizinho”, para o crescimento da fazenda Ronco D’Água. Quando um deles comentava sobre direitos trabalhistas, por mais que todos concordassem em lutar por eles, lembravam-se de que o deputado mandava matar tanto os trabalhadores como os eleitores que não votassem a seu favor. O medo de lutar e serem vítimas da violência praticada pelo fazendeiro fazia com que os trabalhadores ficassem em silêncio diante da injustiça vivida em seu dia a dia.

Ao terem consciência de sua exploração, os agregados falavam, mostrando suas vozes, a consciência da condição subumana e da opressão em que viviam. Segundo Spivak (2010), o subalterno pode, sim, falar, pois é conhecedor de sua realidade e de sua opressão. O ato de manter o subalterno silenciado e jamais permitir que ele fale é uma forma de reproduzir estruturas de poder e de opressão. O ato de ser ouvido não acontece e o subalterno é excluído e empurrado para a margem social.

Nesse sentido, Spivak (2010) ressalta a respeito da questão de o outro tentar falar pelo pobre excluído. Para ela, é o subalterno quem deveria falar por ele próprio, já que o outro, não tendo vivido suas mazelas, não conseguiria representá-lo de maneira íntegra. O subalterno, é claro, é capaz de falar por si mesmo, de mostrar as mazelas em que vive. Seria um momento de autorrepresentação do ser excluído, como também, um momento de ele falar de suas agruras, seus problemas e mostrar a realidade. Assim, Freire comenta o seguinte:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1981, p. 32).

Ninguém melhor que o oprimido para defender seus próprios interesses, para falar de suas mazelas, pois este sim conhece, na realidade, as dificuldades vivenciadas cotidianamente. Os oprimidos são as pessoas mais indicadas para falar sobre seus próprios problemas, pois estes são vivenciados, na realidade, por eles próprios. Lutar por seus direitos e se fazer ouvido são maneiras de libertação, de o sujeito expor a opressão em que vive. Mesmo porque, os oprimidos têm a consciência de sua opressão, porém, são prejudicados pela situação opressora em que vivem, pelo silenciamento que lhes é imposto pela sociedade excludente e opressora.

A fala do sujeito oprimido é representada por meio de uma intermediação de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo por meio de pesquisas ou textos narrativos. Euclides Neto,

por exemplo, busca, em seus textos literários, fazer com que o sujeito oprimido tenha voz para falar de suas agruras e mostrar que também faz parte da sociedade. Ao mostrar que o pobre trabalhador tem consciência de sua exploração e da opressão em que vive, Euclides pontua que o subalterno também pode falar e expor seu sofrimento em meio à sociedade na qual está inserido. Por serem oprimidos, os trabalhadores, mesmo tendo consciência da injustiça em que viviam, não lutavam contra o fazendeiro, por correrem o risco de perder suas terras a qualquer momento, por medo da violência e até por receio de perderem suas vidas. Os pobres viviam inseguros, à mercê da autoridade desumana do fazendeiro, o qual oprimia os trabalhadores para continuar tendo poderes prestigiados na política e na região. Para o opressor:

Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro o seu objetivo principal. (FREIRE, 1981, p. 49).

Para manter-se no poder, e com a posse “irrefreada” das terras, o opressor tem a convicção de que tudo é possível e deve ser colocado a seu favor, como a compra de bens e o acúmulo de capital. É extremamente materialista e usa o dinheiro para realizar seus desejos, mesmo que, para tal realização, seja necessário oprimir os pobres. Como mostra Freire, o lucro é “o seu objetivo principal” e, para ter lucro, o opressor explora, humilha e pratica violência contra os pobres trabalhadores. O sofrimento da população pobre, que vive injustiças sociais, fome, exploração e vida escassa. O pobre é oprimido e a narrativa euclidiana representa a opressão e a subalternidade do trabalhador. Dessa maneira, vigoram no romance, relações feudais de trabalho escravo na fazenda, violência e exploração advindas da “mão de ferro” do deputado Rogaciano Boca Rica, assim conhecido na região, por ser um grande produtor de cacau.

## 2 – Considerações Finais

Como representação da realidade vivida naquele contexto, a obra *Machombongo* apresenta-se como uma narrativa de denúncia social e política, pois busca revelar a realidade da região cacauzeira, que era movida pela presença de senhores e de servos ali envolvidos na produtividade do cacau. A obra retrata homens vivendo em situações de dominação, sustentadas pela conjuntura política do local, no período ditatorial, que apoiava o coronelismo e o trabalho de exploração, o que resultava na opressão e na vida pobre e escassa dos trabalhadores.

*Machombongo*, assim nomeada na narrativa, possui, na obra, o significado de “horizonte”, ou seja, um lugar idealizado, utópico, de desejo e de prazer das personagens que tinham consciência de sua subalternidade nas fazendas cacauzeiras. O local era de resistência, local para onde os trabalhadores, cansados da exploração, se refugiavam. Os trabalhadores sonhavam com a *Serra*, um

local onde todos poderiam lavrar e tirar da terra o seu próprio sustento, sem a opressão dos coronéis. A tão sonhada serra era oposta à fazenda Ronco D'Água; fazenda fictícia da narrativa, que representava um lugar hostil, cheio de lutas e sofrimento dos trabalhadores que buscavam sobreviver à pobreza, à fome, à exploração e ao salário indigno. Nesse cenário, a voz narrativa esclarece que:

[a] serra nasceu de Deus, dissera Jesus. Arrumara tudo, para que o homem pobre a usasse. Tanto que os homens donos dos currais não a queriam: não dava colônia, os bois morriam ervados, atolados nos dentes da onça, no queixo do cascavel. Só os pequenos criadores levavam seu gadinho para lá no tempo da seca. A serra pertencia aos fracos. De ponta a ponta deitava-se mais perto do céu. Deus a enfeitava de jaziras, sempre-vivas, botão íris. Agasalhavam-se, ali, os bichos fugidos dos incêndios das terras do colônia. Agora, iria entrincheirar<sup>i</sup> os homens. (EUCLIDES NETO, 1986, p, 182).

A *Serra do Machombongo* era uma terra desejada pelos trabalhadores, por ser uma terra que podia, no imaginário deles, ser usada pelos homens pobres de maneira igualitária. A terra “pertencia aos fracos”, ou seja, aos pobres e marginalizados socialmente, e, por isso, era considerada um lugar que “de ponta a ponta deitava-se mais perto do céu”, uma espécie de paraíso. Localizava-se após a Chapada, terra que os fazendeiros não queriam, por ser mais afastada e por não brotar colônia para alimentar o gado. Assim, o local que abrigava e protegia os trabalhadores refugiados era também o lugar onde predominava a igualdade de direitos para todos, pois a terra era usada por todos para o seu sustento e moradia.

Todavia, mesmo a *Serra do Machombongo* sendo a terra sonhada de todos os trabalhadores, nem todos conseguiam chegar nela, devido à pobreza, ao grande número de filhos pequenos e à falta de condições de deslocamento. Com dificuldade em deixar o trabalho nas fazendas, os trabalhadores, em sua maioria, continuavam trabalhando como agregados, continuavam sendo explorados, humilhados e levando uma vida de muita pobreza e escassez de alimento, de moradia e de muita exploração.

## Referências

- ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1978.
- CESAR, Eliezer. *O romance dos excluídos: terra e política em Euclides Neto*. Ilhéus: Editus, 2003.
- CODES, Ana Luiza Machado de. *A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa*. Texto para Discussão nº 1332, Brasília: IPEA, 2008.
- EUCLIDES NETO. *Machombongo*. Itabuna: Cacau Letras, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- JARDIM, Philippe Gomes. *Neo-escravidão: as relações de trabalho escravo contemporâneo no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Direito, curso de mestrado, Curitiba (PN), 2007.
- LACERDA, Fernanda Calasans Costa. *A pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional: uma*

<sup>i</sup> Proteger-se, fortificar-se com trincheira, munir-se de meios para defender-se (FREIRE, 1974).

- análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Tecnoprint. A, 1990.
- PEDRÃO, Fernando. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais na Bahia. Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.